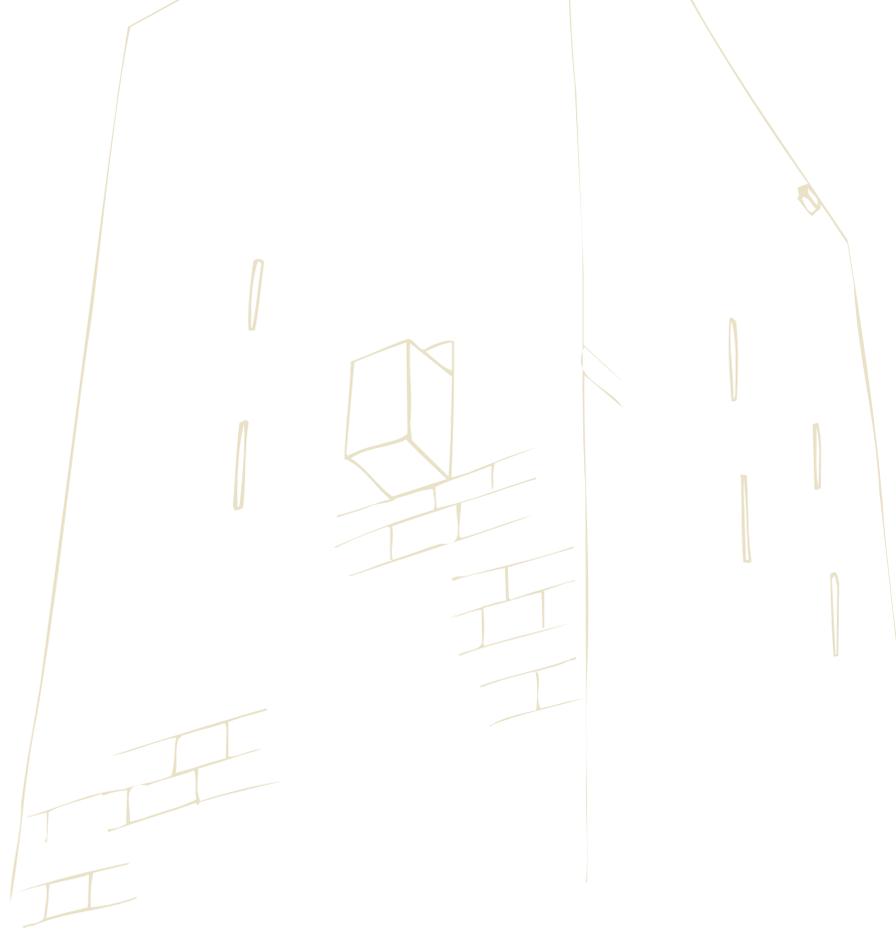




torre

TORRE DE VILAR



Situada no lugar da Torre, no termo da freguesia de Vilar do Torno e Alentém, concelho de Lousada, ergue-se a Torre de Vilar com cerca de 14 metros de altura, implantada no topo de um outeiro que domina um vale fértil e bem irrigado.

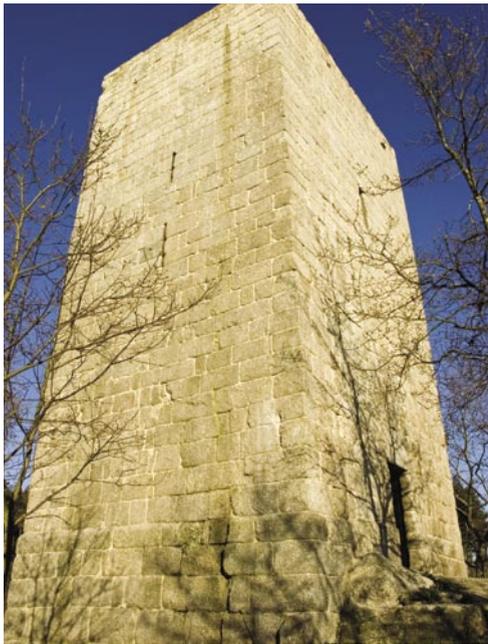
Segundo as *Inquirições* de 1258, *Sancte Marie* de Vilar era Honra de D. Gil Martins e dos seus descendentes, da estirpe dos Riba Vizela. Gil Martins é o rico-homem referido naquelas *Inquirições* como detentor de quatro casais na *colação* de Santa Maria de Vilar. Casou com uma das principais herdeiras dos Senhores da Maia, Maria Anes da Maia, e a ele se deverá a construção desta Torre.

Em 1367, o rei D. Fernando doa Vilar de Torno, Unhão e Meinedo a Aires Gomes da Silva, documentando-se a manutenção da Torre na mesma família, ao longo do século XV. Conforme refere a documentação da chancelaria de D. Duarte, o rei faz uma concessão ao sobrinho-neto de Aires Gomes da Silva, em 1434, na qual é nomeada, explicitamente, a Torre de Vilar¹.



1. Construída no topo de um outeiro, a Torre de Vilar domina um vale fértil e bem irrigado. Testemunha como as torres senhoriais se implantavam: ou no seio das Honras ou na periferia das manchas agricultadas.

¹ Cfr. documentação citada em AA. VV. – «Torre de Vilar», *Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa. 2ª Fase*. Vol. 2, s/n. Porto, 2005, p. 251.



2. As paredes da Torre assentam directamente na rocha granítica.



3. A Torre de Vilar ergue-se sobre um afloramento granítico que coroa uma pequena elevação.

A Torre de Vilar, que deverá ter sido construída entre a segunda metade do século XIII e o início do século XIV, mais do que uma construção militar é um símbolo do poder senhorial sobre o território.

Como refere Mário Barroca, que dedicou a este tema um aprofundado estudo, estas torres senhoriais implantavam-se preponderantemente ou no seio das Honras, em vales férteis de terrenos agrícolas de aluvião, ou na periferia dessas manchas agricultadas. É também frequente que se situem em áreas vizinhas de bosques e de montanhas, optando por terrenos de arroteamento mais recente com o objectivo de se afastarem das terras mais ocupadas, do ponto de vista senhorial. Nessas terras, a vontade de afirmação das novas linhagens encontrava maiores dificuldades, dado o antigo estabelecimento de famílias mais antigas e de poderes muito enraizados.

A esta implantação-modelo, como refere Mário Barroca, corresponde a Torre de Vilar bem como outros exemplares: a Torre de Pousada (Azurém – Guimarães), a Torre de Dornelas, em Amares, a Torre de Oriz (Vila Verde), o Paço de Giela (Arcos de Valdevez) o Paço de Curutelo (Ponte de Lima), a Torre de Lourosa do Campo (Arouca) e a Torre de Quintela (Vila Marim – Vila Real)².

De planta rectangular, a Torre de Vilar ergue-se sobre um afloramento granítico que coroa uma pequena elevação.

Conforme é explicitado em estudo da responsabilidade da DREMN, as paredes, com cerca de um metro de espessura, assentam directamente na rocha granítica.

A Torre é construída em excelente aparelho de cantaria granítica, com a presença de siglas de canteiro. Conserva, ainda, a altura correspondente a cinco pisos. As fachadas apresentam numerosas seteiras e duas janelas rectangulares, não tendo restado, contudo, quaisquer estruturas ou elementos secundários de madeira. No entanto, subsistem vários níveis de mísulas salientes que constituíam os apoios correspondentes aos vigamentos de quatro pisos.

4. Construída em excelente aparelho, a Torre de Vilar tem cerca de 14 metros de altura.

2 BARROCA, Mário Jorge – «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)». *Revista de História das Ideias. A Cultura da Nobreza*. Vol. 19. Coimbra: Instituto de História das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 67.



No interior conservam-se nichos reentrantes, que aproveitam a espessura das paredes e que comprovam a função residencial desta Torre.

A fachada sudeste apresenta um vão de porta rectangular, ao nível do segundo piso, aberto posteriormente à construção original, ao qual se acedia pelo exterior, através de uma escada de madeira. No interior há vestígios nas paredes, como mísulas e agulheiros, correspondentes aos vigamentos de quatro pisos.

Um quinto e último piso corresponderia ao adarve que circundava o topo das paredes, que rematam num muro ameado mais estreito, sobre o qual deveriam assentar merlões, entretanto desaparecidos³.

De acordo com a investigação desenvolvida, nos últimos anos, por Mário Barroca, registam-se, no Norte de Portugal, dois tipos de residência senhorial na Época Gótica: o paço nobre e a *domus fortis*⁴. Se o paço nobre, associado normalmente às alta e média nobrezas, não segue uma estrutura tipológica nas soluções da sua arquitectura sendo, habitualmente, composto por vários edifícios autónomos, já a *domus fortis* segue um modelo reportado à arquitectura de castelos, correspondendo a uma residência senhorial fortificada cuja origem andarà pelo último quartel do século XII, embora o seu modelo tenha ampla difusão já nos séculos XIII e XIV. Este modelo foi adoptado, principalmente, por pequenas linhagens em ascensão social muito motivadas na sua afirmação junto das comunidades locais⁵ e na amostragem da sua prosápia. Este processo decorreu entre o final do século XII e a primeira metade do século XIII e difundiu-se ao longo do século XIV⁶.

A *domus fortis* é composta por vários elementos. No entanto é a torre, construção de planta quadrangular, que confere à habitação um sentido fortificado física e simbolicamente. É, normalmente, constituída por quatro pisos, cada um correspondendo a uma única divisão. Tal como nas Torres de Menagem, era ao nível do primeiro piso e não ao nível térreo que se encontrava a entrada principal. Este era destinado a Sala ou *Aula* reservando-se progressivamente os pisos superiores a espaços mais privados. A torre era coroada por ameias, elemento de carácter simbólico de grande importância, uma vez que era a existência deste coroamento que lhe conferia a qualidade jurídica de construção fortificada.

Além da torre, era habitual que a *domus fortis* fosse composta também por um edifício a ela adossado, ou isolado, de planta rectangular composto por dois pisos. Em alguns casos regista-se a existência de capela como no exemplar da Torre de Vasconcelos (Amares-Braga). No entanto, da residência senhorial fortificada faziam parte outras estruturas como a cozinha que, por razões de segurança, se erguia habitualmente em edifício autónomo, próxima de fontes de água ou de pequenos ribeiros. Deste elemento não restou qualquer vestígio, embora a documentação indique a sua existência⁷.

A maior parte dos exemplares de *domus fortis* conserva-se no Norte e Centro de Portugal consagrando territórios de velhas senhorias. Algumas foram mantidas como símbolo de antiguidade das linhagens, junto de solares totalmente renovados em épocas posteriores, como a Torre de Aguiã (Arcos de Valdevez), a Torre de Refóios (Ponte de Lima), a Torre de Gomariz (Vila Verde), a Torre de Castro (Amares) ou as Honras de Faralães (Barcelos) e de Barbosa (Penafiel), entre outras. Noutros casos, as torres mantive-



5. No interior da Torre subsistem mísulas salientes. Constituíam os apoios correspondentes aos vigamentos de quatro pisos.



6. Vão de entrada, aberto posteriormente, ao qual se acedia pelo exterior através de uma escada de madeira.

3 AA. VV. – «Torre de Vilar». *Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa*. 2ª Fase. Vol. 2, s/n. Porto, 2005, p. 252.

4 ALMEIDA, C. A. Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, pp. 124-128.

5 IDEM, *ibidem*, p. 103.

6 IDEM, *ibidem*, p. 105.

7 BARROCA, Mário Jorge – «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)». In *Revista de História das Ideias. A Cultura da Nobreza*. Vol. 19. Coimbra: Instituto de História das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 82.



7. A torre da *domus fortis* era, habitualmente, composta por quatro pisos. Ao nível do primeiro piso encontrava-se a *Sala ou Aula*, sendo os pisos superiores reservados a espaços mais privados.



8. A Torre de Vilar é um elemento muito expressivo da forma de ocupar o território, na Época Medieval. Ainda hoje, apesar de todas as transformações, a sua localização mostra quão antiga é a estrutura do *habitat* da região do Vale do Sousa.

355

ram-se isoladas como a Torre de Silva (Vila Nova de Cerveira), a Torre de Quintela (Vila Marim-Vila Real), a Torre de Oriz e a Torre de Penegate (Vila Verde), entre outros exemplares⁸.

A Torre de Vilar é, pois, um muito estimável testemunho da existência da *domus fortis* no território do Vale do Sousa. Consagrando uma antiga senhoria, esta Torre, muito bem construída e conservada, é igualmente um excelente exemplar da qualidade da arquitectura medieval portuguesa de carácter civil, do valor simbólico que a arquitectura patenteia e da paisagem patrimonial da Idade Média portuguesa. Entre os conjuntos monásticos, as igrejas paroquiais, as pontes, as vias, as fontes e os castelos, a *domus fortis* constitui mais um expressivo elemento da forma de ocupar o território que, ainda hoje, mostra o quão antigo é o seu *habitat* e como este se estruturou na Época Medieval.

As obras de recuperação da Torre Medieval de Vilar consistiram na intervenção arquitectónica e paisagística de conservação e valorização e foram realizadas no âmbito do projecto da *Rota do Românico do Vale do Sousa* entre 2005 e 2006. [LR / MB]

Cronologia

Séc. XIII (2ª metade) / Início do Séc. XIV – Edificação original;

2005/2006 – Realização de obras, a cargo da DGEMN, no âmbito da *Rota do Românico do Vale do Sousa*.

8 ALMEIDA, C. A. Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 108.